

Jornal

BANCÁRIO

Eleições 2018: O que está em jogo?



Durante o desfile cívico do dia 7 de Setembro a sociedade saiu as ruas em todo o país no 24º Grito dos Excluídos, em favor da democracia e contra os ataques aos direitos da população

A sociedade em geral e os trabalhadores em particular sofreram um dos maiores ataques aos direitos desde a promulgação da Constituição de 1988. A entrada do governo Temer a partir de um processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff não significou somente uma substituição de nome mas um programa de governo que priorizou uma agenda fiscal com medidas impopulares.

Por sua vez o judiciário, instituição que compõem os três poderes ao invés de cumprir o que diz a constituição, se comportou como mediador de interesses políticos e econômicos quando apoiou decisões que afrontaram

conquistas da classe trabalhadora.

O Congresso Nacional que hoje é composto por apenas 10% de representantes dos trabalhadores, junto com o executivo, sem dúvida é o principal responsável pelo aprofundamento da crise.

O ataque aos nossos direitos feito pelos parlamentares representantes do grande empresariado, dos banqueiros e do agronegócio, começou bem antes do impeachment, quando deram início a desestabilização do governo eleito democraticamente, através das chamadas pautas bombas, colocadas em votação por Eduardo Cunha (MDB).

Nesse contexto, os

trabalhadores e a maioria da população já se deram conta do que significou a derrubada do governo: "Aprovação da Reforma Trabalhista e da Terceirização que retiram e flexibilizam direito dos trabalhadores, aprovação da Emenda Constitucional 95 que impôs um severo corte nos investimentos em saúde e educação por 20 anos, disparada nos preços dos combustíveis, desemprego na casa dos 13 milhões, desmonte das empresas estatais, entre elas BB e Caixa".

E, ainda está por vir o fim da aposentadoria através de uma "reforma" onde o objetivo final é destruir o caráter público da Previdência para aproximá-la de

um modelo de proteção individual onde os clientes seriam estimulados a adquirir previdência privada satisfazendo o sistema financeiro.

Estamos em uma encruzilhada e nestas eleições podemos escolher entre dois projetos.

POLÍTICA VIÁVEL

Só há duas opções, ou votamos em candidaturas que defendem a democracia e um Projeto Nacional de Desenvolvimento com inclusão social, ou nos partidos que representam a continuidade do caos para nós trabalhadores. A decisão parece óbvia.

Aposentadoria do trabalhador segue sob ataque



A aposentadoria do brasileiro continua em perigo, pois existe risco da Reforma da Previdência ser votada e aprovada ainda este ano logo após as eleições. A força da mobilização dos trabalhadores conseguiu barrar a reforma no início do ano, mas a escolha nas urnas será fundamental para que os candidatos compromissados com a sociedade sejam eleitos.

Temer e seus partidos

aliados não estão satisfeitos em acabar com os direitos trabalhistas, aprovar a terceirização irrestrita, destruir políticas fundamentais que garantiam o combate à fome, à violência, ao racismo e toda forma de preconceito.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia confirmou o avanço nas negociações com os deputados, senadores e com as presidências da Câmara e do Senado. Segundo ele, os parlamentares sinalizam que vão aprovar a matéria ainda este ano.

**SEM PREVIDÊNCIA PÚBLICA CHILE
TEM SUICÍDIO RECORDE
ENTRE IDOSOS**

Apontada como modelo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a privatização da Previdência

Social chilena tem cobrado um preço cada vez mais elevado. O colapso do sistema tem ganhado maior visibilidade à medida que o arrocho no valor das pensões e aposentadorias se reflete no aumento do número de suicídios.

De acordo com o Estudo Estatísticas Vitais, do Ministério de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) do Chile, entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos tiraram sua própria vida. Conforme o Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento chileno, são índices mórbidos, que crescem ano a ano, e refletem a "mais alta taxa de suicídios da América Latina". (Fonte: <https://horadopovo.org.br>).

No Brasil, 23,3 milhões vivem com apenas R\$ 232,00



Pesquisa realizada pela FGV-Social (Fundação Getúlio Vargas) revela que o Brasil tem 6,3 milhões de novos pobres e 23,3 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, com rendimento abaixo de R\$ 232,00 por mês. Resultado da política de austeridade imposta pelo governo Temer que faz o Brasil retroceder anos.

Segundo estudos divulgados pela ONU, 5,2 milhões de pessoas passam fome no país. Um cenário muito diferente da década entre 2004 e 2014, quando sem destaque na grande mídia, os governos Lula e Dilma criaram o programa Fome Zero responsável por colocar comida na mesa de milhões de brasileiros.

Neste período, cerca de 28,6 milhões de pessoas saíram da pobreza aponta o Banco Mundial. Política que deu resultado e finalmente em 2014 tirava pela primeira vez o país do Mapa da Fome, criado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) em 1990.

Com os cortes impostos pela agenda neoliberal do governo Temer, os programas estão seriamente ameaçados e os reflexos são sentidos na mesa da população mais vulnerável.

Estudo revela: Mulher estuda mais, no entanto ganha menos



O número de mulheres com diploma cresce no Brasil. No ano passado, 50% das trabalhadoras com idade entre 25 e 35 anos eram graduadas. Enquanto apenas 38% dos homens da mesma faixa etária tinham ensino superior.

Embora tenham mais capacitação acadêmica, o mercado de trabalho machista e preconceituoso impõe à elas um salário menor. A remuneração média da mulher é 26% menor do

que a do homem na mesma função, aponta relatório da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Além disso, estudos revelam também que as mulheres em geral gastam em média 13,3% mais tempo em atividades não remuneradas dentro de casa.

VIOLÊNCIA – No quesito violência doméstica, também é alarmante ao que a mulher é submetida. Somente no ano

passado, os tribunais brasileiros tinham em suas mãos quase um milhão de processos relacionados à violência doméstica. Estudo aponta, ainda, que no Brasil apenas 37% dos crimes contra a mulher são solucionados.

Para a diretora do Sindicato dos Bancários, Ivanilde Fidelis (Fifi), "é muito preocupante quando um candidato a presidência da república, conhecido por frases preconceituosas e de postura totalmente misógina encontra respaldo e apoio numa parcela da população feminina".

Ainda segundo Ivanilde Fidelis, "muito já se avançou em relação aos direitos das mulheres, mas há ainda muito a se conquistar. Por isso não podemos de maneira nenhuma aceitar candidaturas que representem o retrocesso para nós mulheres".

Operação da PF prende Presidente da Fenatracoop



Mauri foi preso na quarta fase da Operação Registro Espúrio, desencadeada pela PF.

Em nova fase da "Operação Registro Espúrio", que investiga suspeita de fraudes em registros sindicais no Ministério do Trabalho, a Polícia Federal prendeu na terça-feira, 18/09, nove pessoas, entre elas o presidente da Fenatracoop (Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas do Brasil), Mauri Viana Pereira. A operação, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), investiga supostos desvios de valores da Conta Especial Emprego e Salário (CES), administrada pelo Ministério do Trabalho. Segundo as investigações, os desvios chegam a R\$ 9 milhões.

Vale lembrar, que em 2012, Mauri Viana, à época já presidindo a Fenatracoop, comandou assembleia para criação do Sintracoop-MS, onde há de se registrar, sem a participação dos trabalhadores em Cooperativas de Crédito. Com a criação da referida entidade, o Sindicato dos Bancários que até então representava os trabalhadores dos Sicredishá mais de 20 anos, busca na justiça o direito de continuar com a representação, pela semelhança com o trabalho bancário.

Por sua vez, o nome do Sintracoop-MS (filiado a Fenatracoop) aparece em investigação da Polícia Federal, na mesma "Operação Registro Espúrio", onde o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun (MDB-MS), um dos principais articuladores políticos de Michel Temer, é suspeito de envolvimento com a suposta organização criminosa que, segundo a PF e o Ministério Público, fraudava registros sindicais no Ministério do Trabalho, conforme matéria divulgada pelo Jornal Folha de São Paulo em 05 de julho de 2018.

Caixa 100% pública deve ser uma luta de todos



A Caixa tem papel fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Embora, seja responsável pela gestão de programas sociais essenciais para combater a desigualdade social, o governo Temer, capitaneado por aqueles que não precisam do banco e principalmente do mercado financeiro segue na tentativa de enfraquecer a instituição para privatizar. Houve varias tentativas do Conselho Administrativo da CEF na mudança do estatuto para transformá-la em S/A, os bancários tem se mobilizado e barrado essas tentativas.

Sob forte ataque, a instituição já perdeu cerca de 15 mil empregados através de planos de demissão voluntárias e fechou em torno de 100 agências em todo país. O governo também tentou vender a Lotex, mas a mobilização

dos empregados e sociedade foi mais forte e o leilão foi suspenso.

As loterias instantâneas são operadas exclusivamente pela Caixa e arrecadaram R\$ 14 bilhões, somente no ano passado. Desse valor foram repassados para os programas sociais nas áreas de Educação, Esporte, Cultura, Saúde e Previdência R\$ 6,7 bilhões.

A Caixa tem ótima rentabilidade e não há motivos para o governo desmontá-la. Apenas no primeiro semestre de 2018, o lucro bateu os R\$ 6,655 bilhões, alta de 63,3% na comparação com o ano passado. Em 2017, a instituição obteve lucro recorde de R\$ 13 bilhões.

É hora do povo brasileiro defender esse patrimônio público fundamental para o desenvolvimento do país. O mesmo se aplica à Petrobras, aos Correios, ao Banco do Brasil, à Eletrobras, empresas que estão no centro da cobiça das empresas privadas que querem aumentar seus lucros à custa do patrimônio nacional. É hora da defesa da soberania, é hora da defesa de outro modelo de desenvolvimento que garanta a inclusão social e combate à desigualdade.

De Olho nos Deputados que tiraram seus Direitos

A eleição está chegando, por isso, precisamos ficar atentos e não esquecer na hora de votar o que os nossos representantes fizeram enquanto eleitos deputados e senadores ao longo do mandato, principalmente, quando aprovaram a terceirização irrestrita e o congelamento de investimentos em saúde, educação e assistência social por 20 anos, além de aprovarem a reforma

trabalhista, que retira direitos e conquistas das categorias em todo o país.

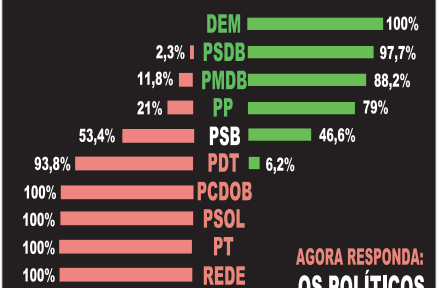
Nesta edição o Jornal bancário traz a lista dos deputados e senadores sulmatogrossenses que votaram favorável e contrários a reforma trabalhista, bem como de que forma votaram os partidos no Congresso Nacional.

COMO VOTARAM OS DEPUTADOS/MS

Geraldo Resende PSDB	(favorável)
Elizeu Dionísio PSB	(favorável)
Carlos Marun MDB	(favorável)
Luiz H. Mandetta DEM	(favorável)
Tereza Cristina DEM	(favorável)
Vander Loubet PT	(contrário)
Zeca do PT	(contrário)
Dagoberto PDT	(contrário)
COMO VOTARAM OS SENADORES/MS	
Simone Tebet MDB	(favorável)
Waldemir Moka MDB	(favorável)
Pedro Chaves PSC	(favorável)

VOTAÇÃO POR PARTIDO

COMO VOTARAM OS DEPUTADOS E AS DEPUTADAS NA REFORMA TRABALHISTA?



**AGORA RESPONDA:
OS POLÍTICOS
SÃO TODOS IGUAIS?**

Assédio moral: um grande mal para a saúde



Tudo começa com o que parece ser uma simples correção ao trabalho realizado até que a crítica se torna mais incisiva e o trabalhador ganha atribuições que

fogem da sua competência. Para completar, tem de lidar com metas exorbitantes e nem as limitações físicas são respeitadas. Resultado: o funcionário adoece e é perseguido.

Essas situações cada vez mais frequentes nas empresas configuram assédio moral e as consequências são das mais variadas, vão desde dores físicas, palpitações, ansiedade, estresse, distúrbio do sono, até síndrome do pânico, depressão e em casos extremos suicídio. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) 90% dos casos podem ser evitados.

A prática consiste na exposição prolongada e repetitiva de trabalhadores em situação vexatória, constrangedora e humilhante, podendo ser praticada por uma ou mais

peças. Como consequência imediata, o rendimento de trabalho fica comprometido pois o trabalhador se sente ameaçado e psicologicamente fragilizado o que compromete a saúde física e mental.

O Sindicato dos Bancários de Dourados atento às demandas dos trabalhadores do ramo financeiro, orienta àqueles que passam por essa situação a procurar a secretaria de saúde e/ou o departamento jurídico do sindicato para as medidas cabíveis, sem deixar de procurar assistência médica a fim de interromper os impactos a sua saúde.

Diga NÃO à proposta do BB



Os associados da Cassi, aposentados e da ativa, irão deliberar sobre proposta de reforma estatutária entre os dias 24 de setembro e 05 de outubro. A votação será realizada em três canais: no App Cassi, disponível gratuitamente para download em celulares smartphones; no site da Cassi; e nos terminais de auto-atendimento. Funcionários da ativa também podem participar

pelo SisBB. Poderão votar os associados da Cassi que, em 30 de junho de 2018 estavam em situação regular junto à Caixa de Assistência de acordo com o Estatuto Social.

O Sindicato dos Bancários de Dourados já abordou esse tema em matérias anteriores disponibilizadas através de nosso site, do Jornal Bancário, O Espelho, Face book e grupos de whatsapp,

e caso você ainda não tenha registrado seu voto, a orientação ao corpo social da Cassi é pela rejeição da proposta do banco, votando NÃO.

As mudanças sugeridas para o custeio da Caixa de Assistência oneram todos os associados, transformando a contribuição extraordinária em permanente e estabelecendo cobrança por dependente. Além disso, as mudanças na governança da Cassi acabam com a paridade na gestão, com duas diretorias nas mãos de representantes do mercado e o voto de minerva para o Banco do Brasil.

O diretor do Sindicato e funcionário do Banco do Brasil Carlos Longo comenta que "nunca viu a direção do Banco do Brasil tão interessada e apressada numa mudança como na alteração estatutária da Cassi, o que evidencia a intenção de diminuir gradativamente sua responsabilidade com o planos de saúde dos funcionários".

Convenção dos Bancários não traz prejuízo sobre 7ª e 8ª horas

Embora tem sido postado algumas notícias sobre a compensação de horas, o Sindicato dos Bancários de Dourados esclarece que a CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) não traz nenhum prejuízo em relação ao pagamento da compensação das 7ª e 8ª horas.

Conforme informou o diretor jurídico da entidade José Carlos Camargo Roque, os trabalhadores estão protegidos com ações coletivas ajuizadas pela entidade. Para os cargos que ainda não possuem ações protocoladas, o Sindicato dos Bancários tem se colocado à disposição e providenciando todos os meios para ajuizá-las até o prazo. Ou seja, 30 de novembro, quando inspira o prazo para esse tipo de ação.

Vale lembrar que confiar nas entidades representativas é essencial para garantir a manutenção dos direitos. Por isso, o mais importante é o bancário estar sindicalizado para usufruir dos benefícios e estar protegido com as ações ajuizadas pelo Sindicato.